

Alguns Pontos Polêmicos na História da Guerra de 1801 no Brasil¹

Silvino da Cruz Curado*

Resumo: Comunicação apresentada no colóquio “Incorporação dos Sete Povos das Missões”, patrocinado pelo IHGB, IGHMB, Comissão Portuguesa de História Militar e Comissão Argentina de História Militar. Ocupa-se, sobretudo, dos antecedentes e das conseqüências das lutas de que resultaram a incorporação do território dos Sete Povos das Missões ao do Rio Grande de São Pedro, hoje Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Sete Povos das Missões, Rio Grande de São Pedro, Rio Grande do Sul.

A partir de 1796, a Espanha, tendo abandonado Portugal em guerra com a França, foi-se submetendo à vontade desse país, chegando ao extremo de invadir o solo lusitano, em 1801. Na emergência, e a fim de evitar que as forças francesas também passassem a fronteira, foi assinado o Tratado de Badajoz, que custou aos portugueses muita honra e fazenda. E custou, sobretudo, Olivença, cuja devolu-

ção, prevista em posteriores tratados, nunca se chegou a efetuar.

Entretanto, na América, continuava viva uma dupla insatisfação. Era a dos espanhóis em relação à expansão conseguida pelos portugueses, muito para além dos limites de Tordesilhas. E era a dos lusitanos por terem sido desalojados do Rio da Prata, que consideravam o limite natural do Brasil, e obrigados a ceder, no tratado de 1777, extensos territórios anteriormente atribuídos pelo de 1750. Refletindo um tal estado de espírito, as arrastadas demarcações de limites foram interrompidas em 1797, no meio de acusações recíprocas.

Ora, foi neste cenário que o conflito de 1801 teve um prolongamento no Brasil, do qual fez parte o feito temerário da Conquista das Missões, que, pela forma verdadeira-

* Tenente-General do Exército português.

¹ As abreviaturas utilizadas nas referências a documentos constam da enumeração das fontes manuscritas. Nas transcrições foi atualizada a ortografia e, em alguns casos, a pontuação. Parcialmente, esta comunicação repete ou desenvolve outra com o título *A Guerra de 1801 no Brasil* apresentada no XI Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar – *Portugal e os Abalos Político-Militares da Revolução Francesa no Mundo* –, realizado em Lisboa de 5 a 7 de novembro de 2001.

mente heróica como foi conseguido e pela considerável extensão de território que acrescentou ao Brasil, deixou na penumbra outros acontecimentos dignos de registro.

Assim, na fronteira do Rio Grande, foi possível levar os limites para posições semelhantes às atuais e aí conservá-los, apesar das grandes pressões recebidas do lado espanhol. (Ver Esboço do Sul do Brasil.) Em Mato Grosso, a corajosa defesa do Forte de Coimbra e a destruição do fortim espanhol de São José do Apa evitaram a perda, por parte do Brasil, de extensões consideráveis e de posições muito importantes. Contrariamente, a fronteira com a Guiana Francesa aproximou-se perigosamente do Amazonas, por força dos tratados de Badajoz e de Madri, de 1801. Finalmente, no mar, primeiro os corsários franceses, e depois também os espanhóis, causaram sérias dificuldades à navegação e ao comércio, apresando numerosos navios e suas cargas.

O honroso privilégio de me dirigir a uma audiência tão esclarecida dispensa-me, não só de outras considerações introdutórias, como de uma descrição dos acontecimentos há muito feita nas páginas da Revista deste prestigiado Instituto. Quem não conhece, por exemplo, a *Memória da Tomada dos Sete Povos das Missões*, de Gabriel Ribeiro de Almeida, uma fonte a que recorreram tantos historiadores?

Esse fato permite-me centrar a atenção apenas em alguns pontos polêmicos, solicitando a generosidade do leitor para o trabalho deste tardio frequentador de arquivos que, procurando não ser um *war maniac*, não irá além de um contador de curiosidades.

Na generalidade da historiografia salienta-se o fato de o governador do Rio Grande de São Pedro não ter, em 1801, aguardado a comunicação oficial da situação de guerra e das instruções conseqüentes para iniciar o movimento das suas forças para a fronteira. Por outro lado, tem variado a atribuição da iniciativa da conquista das Missões. O Brigadeiro Francisco João Roscio, presente no Rio Grande, escreveu que não lhe constava “de pessoa alguma que expressamente o ordenasse, o propusesse, e o intentasse”.² Capistrano de Abreu afirmou que Borges do Canto e Santos Pedroso acuararam sem ordem de ninguém. Aurélio Porto defendeu que o inspirador do grande feito foi o Tenente-Coronel Patrício Correia da Câmara e escreveu:

Houve, não há que duvidar, conjugando a documentação hoje conhecida, uma insinuação partida do alto, que tinha em vista anexar, às possessões portuguesas do Brasil, o território de Missões e quiçá a própria região depois denominada Província Cisplatina, ao menor choque entre Portugal e Espanha.³

Pareceu-me que devia começar por tentar concretizar as orientações superiores, relativas a um assunto tão grave como era o da guerra.

Em setembro de 1796, foi nomeado Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos D. Rodrigo de Sousa Coutinho, o futuro Conde de Linhares. Logo no mês seguinte, deu-se o rompimento entre a Espanha, aliada à Fran-

2 Ofício de 23.12.1802 para o Coronel Manuel Marques de Souza, Wierderspahn, 1934, p. 112.

3 Porto, 1943, p. 463.

ça, e a Inglaterra, colocando Portugal numa posição difícil.

As preocupações resultantes de tal fato e das futuras evoluções levaram D. Rodrigo a dirigir-se ao vice-rei e outras autoridades do Brasil, pelo menos em treze momentos diferentes, nos quatro anos seguintes.⁴ De forma geral, depois de ligeira descrição da situação, todas essas comunicações utilizavam palavras como vigilância, cuidado, cautela ou precaução para evitar a surpresa por parte da Espanha, a quem sempre se atribuía má-fé, e da França. Devia repelir-se todo o ataque, obrar-se ativamente em determinadas circunstâncias, e socorrerem-se mutuamente as capitanias.

Interessa salientar o ofício de 23 de março de 1797, no qual, face às queixas chegadas do Brasil de que os vizinhos demoravam e viciavam a execução do Tratado de Limites para estenderem os seus territórios, foi dada a seguinte orientação:

“(...) sem comprometer a nossa Coroa, (...) não havendo rompimento, se lhes faça uma guerra surda, e de tal, que não só ponha um decidido obstáculo a todo e qualquer ulterior progresso que queiram fazer sobre o nosso Território; mas que até se vejam continuamente inquietados em todas as cabeceiras e curso do Uruguai, Paraná e Paraguai, devendo sempre propor-se a Coroa de Portugal o levar os confins dos seus Domínios ao ponto que a Natureza lhe

deu⁵ (...) e, igualmente, é S. M. servida que, logo que V. Exa. (o Vice-Rei) receber da Europa a certeza de que os espanhóis nos atacam, faça atacar a um tempo, pela Esquadra, Montevidéu, e Buenos Aires, enquanto o Rio Grande e as cabeceiras do Uruguai, Paraná e Paraguai serão ao mesmo tempo ameaçados e insultados, a fim de que os espanhóis não possam concentrar as suas Forças em um só ponto; o que V. Exa. só executará recebendo ordens positivas de S. M. (...).”

Ao governador do Rio Grande⁶ acrescentava que deveria examinar a possibilidade de estabelecer forças militares de São Paulo nos campos de Curitiba, donde irradiasse o povoamento que assegurasse a ligação entre as duas capitanias e evitasse a expansão dos espanhóis. Por outro lado, seria de procurar que os paulistas, sem parecerem autorizados pelos governadores, levantassem bandeiras e estendessem “povoações ao longo do Uruguai, do Paraná e do Paraguai, perseguindo e destruindo, logo que daqui se lhe expeça qualquer aviso, as povoações espanholas aquém do Rio da Prata (...)”. Poderiam voltar a constituir-se Companhias de Aventureiros que seriam muito próprias para, “no caso de rompimento, para penetrarem por todos os pontos da Linha Divisória (...).

4 Em 03.11.1796, 07.01.1797, 23.03.1797, Códice 573 do AHU.; em 24.04.1798, 30.07.1798, 02.08.1798, 24.09.1798, 02.11.1798, 06.11.1798, 01.05.1799, 08.06.1799, 31.10.1799, 23.12.1799, 02.02.1800, Códice 574 do AHU.; e em 08.07.1800, 20.02.1801, 20.03.1801, Códice 575 do AHU.

5 O Rio da Prata.

6 Tenente-General Sebastião da Veiga Cabral da Câmara. Ainda que o Governo do Rio Grande de São Pedro fosse uma capitania subordinada à do Rio de Janeiro, D. Rodrigo de Sousa Coutinho dirigia-se-lhe diretamente talvez porque já decorriam diligências para a separação das capitanias, por ser o setor mais exposto a eventuais ataques espanhóis e pela elevada patente do governador.

para fazer uma tal diversão aos espanhóis que eles não pudessem fazer uma grande reunião de forças sobre o Rio Grande". Igualmente seria de preparar, tal como já existiam noutras capitânicas, "uma espécie de milícias a que chamam *Pedestres* (...) a mais própria para defender os limites da nossa Linha Divisória e estendê-los até onde conviesse aos interesses da Real Coroa. Estes corpos de tropa ligeira seriam os mais próprios para roubar o gado cavalgar, mular e vacum dos espanhóis (...)". Tudo deveria ser realizado com extremo segredo e de maneira a poder negar-se qualquer concorrência do Governo.

Repare-se que, na conquista das Missões, a guerra surda foi localmente traduzida por "fazer as hostilidades que lhe fosse possível aos castelhanos"⁷ ou por "hostilizar o inimigo e segurarem a cavallhada que fosse possível para o emprego do Real Serviço,"⁸ e o cuidado de não comprometer a Coroa, assim: "(...) e como a guerra ainda se não tinha declarado naquela fronteira, somente lhe foi proibido (a Borges do Canto) pelo tenente-coronel comandante o não levarem fardas por se não conhecerem por militares, pelas suas insígnias."⁹

A atuação na fronteira sul também esteve de acordo com referidas orientações. Para evitar a surpresa, o Sargento-Mor Vasco Pinto Bandeira, que mantinha espias no campo oposto, informado do aumento das guardas espanholas e de boa-

tos que diziam ter sido publicada a guerra em Buenos Aires e Montevidéu, foi oculto a uma delas onde confirmou tais notícias. Manuel Marques de Sousa escreveu que "daqui resultou a vantagem de atacarmos primeiro as suas guardas do cordão".¹⁰ Mas a comunicação oficial da guerra ainda não tinha chegado, pelo que se devia evitar o rompimento. O mesmo Pinto Bandeira atacou a guarda do Quilombo e surpreendeu a guarnição, mas deixou-a sair em liberdade. No seu relato, o governador, evitando utilizar a palavra ataque, escreveu: "Forçados estes (os espanhóis) pelo seu valor, intrepidez e fidelidade das nossas tropas foram obrigados a abandonar precipitadamente todos os seus postos avançados"¹¹ (...). Depois, já oficializada a guerra, atacou-se Cerro Largo, o que também satisfazia às diretivas, por evitar concentrações de forças e destruir uma das povoações aquém do Prata.

Em 20 de fevereiro de 1801, quando se admitia que uma esquadra francesa pudesse estar a caminho do Brasil e o embaixador de Espanha deixara Lisboa, declarando quase a guerra a Portugal, foi enviada uma fragata aos portos do Brasil levando estas notícias e ordenando, além das medidas habituais, a preparação de um ataque por mar a Buenos Aires e Montevidéu, "enquanto a Tropa do Rio Grande os atacar em frente e a de São Paulo nas costas".¹²

7 Anônimo (Fontes impressas), p. 325.

8 Ofício do Ten-Cel Patrício José Correia da Câmara, comandante da fronteira das Missões, para o governador do Rio Grande de São Pedro, de 23.08.1801, transcrito em Monteiro, p. 573.

9 Anônimo (Fontes impressas), p. 325.

10 Atestado do Coronel Marques de Sousa, de 20.02.1802. (AHU, B-RGS, cx. 11, anexo ao doc. 680).

11 Ofício para o Vice-Rei, de 28.11.1801 (AHU, B-RGS, cx. 10, anexo ao doc. 593).

12 Ofício nº 28 (AHU, Códice 575).

Mas tal comunicação não chegou ao Rio de Janeiro nem ao Rio Grande.

Em 20 de março, dois meses antes de ocorrido em Portugal, foi mandado publicar o estado de guerra com a Espanha e enviadas instruções para a mesma que serão referidas mais à frente. Foram das últimas de D. Rodrigo, como Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, pois entregou aquele cargo ao Visconde da Anadia, em 16 de junho.

Com a ameaça da guerra presente durante anos, é natural que se pretenda saber que medidas foram sendo tomadas.

Em situação semelhante, o Marquês de Pombal começou por tomar disposições para obter, como escreveu, “o dinheiro destinado ao pagamento e sustentação das tropas, a base fundamental de toda a guerra”.¹³ No tempo de D. Rodrigo, o Tesouro estava exaurido com os infrutíferos gastos da compra da paz. Lançou-se um empréstimo no Brasil, em 1796, mas não teve a aceitação desejada, pelo que a falta de fundos foi uma constante.

Em 1797, foi enviada para o Brasil uma pequena esquadra, mas a sua presença não foi marcada por grandes glórias e “devorou” as reduzidas finanças do vice-rei. Entretanto, os corsários continuaram a causar danos insustentáveis, o que originava sucessivas ordens para o Vice-Almirante Antônio Januário do Vale. Deveria fornecer comboios à navegação de três em três meses, patrulhar a costa de Pernambuco, da Bahia e do Rio de

Janeiro, bloquear o Rio da Prata etc. Com as ordens, vinham reprimendas e vexames, chegando D. Rodrigo a ameaçar o vice-almirante com Conselho de Guerra. Nem mesmo Donald Campbell, que comandava em 1801, incensado como “hábil e valeroso”, conseguiu evitar que, só entre maio e agosto, fossem apresadas 15 embarcações. É que os corsários disputavam de bases em Caiena e no Prata, podiam atacar ao longo da extensa costa e o vice-rei escrevia, em 11 de setembro: “As embarcações da Esquadra se acham quase todas necessitando de conserto.”¹⁴

Em novembro de 1799, foi enviado para o Rio de Janeiro o Tenente-General José Narciso de Magalhães de Meneses, a fim de comandar as forças da capitania, com exceção das do Rio Grande. Apesar de extensas instruções para “prevenir todo e qualquer conflito de jurisdição”, menos de um ano depois o general informava não poder cumprir a sua missão, queixava-se do vice-rei e pedia o seu regresso a Portugal.

Tinha encontrado os regimentos tão desfalcados que nunca conseguira reunir mais de 800 soldados. Deveria levá-los sucessivamente ao pé completo a que faltavam 3.700 homens, mas “sem que de semelhante aumento resulte dano à cultura ou ao comércio”. Ora, quem recrutava era o vice-rei e este já informara a D. Rodrigo que “eu não descubro meio algum de remediar a falta que padecem os mesmos Regimentos sem transtornar toda a ordem política e econômica desta Capitania e, por consequência, sem arruinar a sua

13 Ofício do Marquês de Pombal para o vice-rei, de 09.07.1774.

14 Ofícios 45 e 47, de 11.09.1801, (AHU, B-RJ, cx. 194)

lavoura e o seu comércio de que tanto depende o seu aumento".¹⁵

Em fevereiro de 1800, reconhecendo-se a necessidade de reforçar a Ilha de Santa Catarina a partir da guarnição do Rio de Janeiro, foi ordenada de Lisboa a descida de Minas para a capital de dois regimentos de milícias. Chegaram com reduzidos efetivos e com pouca aptidão para o serviço de guarnição, por serem de cavalaria. "Bem-montado e fardado, com aquela uniformidade de um Regimento de Linha", escreveu o vice-rei;¹⁶ "indisciplina, ignorância e armas arruinadas", referiu o General José Narciso.¹⁷

Nessas circunstâncias, considerando perigoso desfalcar a guarnição da capital, conseguiu o Conde de Resende que Santa Catarina fosse reforçada com cinco com-

panhias do Regimento de Infantaria de São Paulo. Mas, iniciada a guerra, socorreu o Rio Grande com o Regimento de Estremoz que já lá tinha um destacamento.

D. Rodrigo foi sempre remetendo para o Brasil o armamento e munições que era possível. Mas, quando em 1797 houve um período de tensão nas fronteiras e o vice-rei enviou a Lisboa o Sargento-Mor Joaquim Xavier Curado para apresentar e sustentar os pedidos de materiais necessários, recebeu como resposta de consolação "que o cuidado imediato, que há em atender ao mais urgente não permite distracção alguma, ainda que seria igualmente justa e conveniente".¹⁸

Foi feito um grande esforço de melhoria das fortificações. O Conde de Resende, com os cofres vazios, aumentou baterias à Fortaleza de Santa Cruz e realizou muitos outros trabalhos recorrendo ao expediente de, como ele escreveu, "condecorar com os postos de capitão, tenente e alferes aqueles sujeitos que espontaneamente concorressem para a construção e subsistência das mesmas fortificações".¹⁹ Mais tarde, o Conselho Ultramarino, alarmado com o pedido de confirmação de 587 patentes de comandantes de fortes, baluartes, cortinas, flancos e revelins, existentes ou virtuais, referiu-as como "patentes honoríficas das fortificações ou venda disfarçada das graduações".²⁰

Também se recorreu no Rio de Janeiro e no Rio Grande, mas em número limitado

15 Ofício 108, de 27.08.1800, (AHU, B- RJ, cx. 185).

Evitar que o recrutamento afetasse a agricultura era uma preocupação da época, a qual se encontra presente nas *Reflexões de Alorna* (de 1799, só impressas em 1902) e no *Ensaio de Andrade* (de 1806). A solução estaria em manter grande parte dos efetivos de licença para que não se afastassem demasiado tempo dos trabalhos do campo. No Brasil, passados os tempos fáceis da produção mineira, era forçoso conseguir que a produção agrícola gerasse os recursos necessários. Mas os efetivos da tropa paga eram tão reduzidos que dificilmente asseguravam os serviços de rotina, que incluíam os de polícia, e guarneciam as numerosas fortificações. O Conde de Resende, já em 31.12.1797, informava que mandava de licença registrada os soldados lavradores e supria a sua falta com soldados de milícias que assim se exercitavam e cuidavam do armamento (AHU, B- RJ, cx. 167). Por Carta Régia de 10.05.1799, para o vice-rei, estabelecia-se: "Quanto ao licenciamento da Tropa que em benefício da agricultura e da Real Fazenda, se procurará estender a nove meses no ano (...)" (AHU, Cód. 574, f. 108 v.). Dessa forma, nas vésperas do conflito, acentuava-se o caráter miliciano do Exército.

16 Ofício 197 de 08.10.1800 (AHU, B-RJ, cx. 188).

17 Ofício de 02.12.1800 (AHU, B-RJ, cx. 189).

18 Ofício de 24.03.1798 (AHU, Cód. 574).

19 Ofício 12 do vice-rei, de 11-02-1800 (AHU, B-RJ, cx. 181).

20 Parecer do Conselho Ultramarino, de 18.03.1803 (AHU, B-RJ, cx. 206).

“pela falta de cabedal e daqueles gêneros que são indispensáveis” à construção de barcas canhoneiras e fomilhos necessários ao lançamento de balas ardentes, últimas inovações para a defesa de portos, e a carretas para transporte da artilharia a cavalo.

Em Mato Grosso, passaram os sacrificados milicianos anos seguidos em armas, guardando longínquas fortificações e outros pontos de interesse, contando com um reduzido reforço dos *hussards*, calcule-se, de Goiás. E em boa hora se iniciou a construção dos novos fortes de Coimbra e Miranda.

Presidindo a toda a difícil situação, encontrava-se o Conde de Resende, não já o enérgico vice-rei do início da década de 1790 mas, com o conhecimento da Coroa, um homem extremamente doente e incapacitado de desempenhar as suas funções. No Sul, foi já do leito de morte que Sebastião Xavier da Veiga Cabral impulsionou a conquista de Cerro Largo. E, a partir do Rio Pardo, fez Patrício José da Câmara intermináveis e bem sacrificadas deslocações, cheio de febre e de chagas, para comandar os seus homens onde era necessário.

Uma das particularidades dessa guerra foi a de ter decorrido, na América, tanto tempo depois de ter sido assinada a paz entre as metrópoles. (Ver gráfico Duração da Guerra.) A explicação óbvia é dada pela curta duração que o conflito teve na Europa, isto é, menos de três semanas, e pela dificuldade das comunicações. Mas é preciso notar que esta última foi muito agravada pela ação dos corsários franceses e espanhóis contra a navegação portuguesa, obrigada a seguir em comboio, e da Marinha britânica contra a espanhola. Muita cor-

respondência foi, segundo as normas, lançada ao mar antes do apresamento dos navios em que seguia, como sucedeu, por exemplo, aos 31 ofícios do vice-rei que Xavier Curado levava a Lisboa. Nem mesmo os paquetes do correio marítimo conseguiam escapar, havendo notícia do apresamento de dois e do encalhe de um.

Foi assim que o vice-rei, alertado da declaração de guerra feita pela Espanha, por notícias chegadas aos comerciantes e confirmadas pelo governador da Bahia, mas sem quaisquer detalhes nem instruções da Coroa, enviou uma parada por terra ao referido governador, em busca de elementos que lhe permitissem cumprir a sua obrigação.²¹ Nem sequer tinha recebido o já mencionado ofício de 20 de fevereiro, que alertava para a iminência da guerra. Tinha sido lançado ao oceano pela fragata *Andorinha*²² quando, já depois de ter saído da Bahia, se rendeu após honroso combate.

Conhecemos as reflexões do vice-rei face à falta de ordens concretas:

“(…) todos estes avisos eram de prevenção para resistir aos ataques do inimigo, e repelir a força por meio da força e não me autorizavam para cometer atos de hostilidade, e fazer represálias por serem estes atos só próprios da Autoridade de Real.

Além dessas considerações, recordo-me de haver exemplos de se ter declarado guerra na América entre as duas

21 Ofício 40 do vice-rei, de 14.08.1801 (AHU, B-RJ, cx. 191).

22 Mais corveta que fragata, lutou mais de seis horas com uma fragata francesa mais poderosa que, cortando-lhe os mastros, impossibilitou a utilização posterior da sua artilharia.

potências, ficando os Estados da Europa na mesma tranquilidade. (...)”

Temia a reação dos espanhóis no Rio Grande e ser responsável pelo início da guerra sem ordem positiva.²³

Finalmente, só em 23 de julho, quatro meses depois de escrito, chegou ao Rio de Janeiro o também já referido ofício de 20 de março, o qual só atingiria o Rio Grande em 16 de agosto, quando a conquista das Missões já ia adiantada. Era redigido nos seguintes termos:

“A Corte de Espanha, depois de ter mostrado em toda a sua conduta a falta de boa fé que deveria praticar a nosso respeito, acaba finalmente [em 27 do mês anterior] de nos declarar a guerra com a maior perfídia (...). Ordena, portanto S.A.R. que V. Exa. faça publicar nessa Capitania o estado de guerra com a Espanha; e que procure todos os possíveis meios de evitar as suas hostilidades e de as praticar a seu respeito, para cujo fim se devem auxiliar mutuamente entre si todas as capitanias desse estado.

O mesmo Senhor manda recomendar a V. Exa. que veja se, de acordo com o hábil e valeroso Comandante [da Esquadra] Campbell e com os Governadores de São Paulo e Rio Grande, pode combinar um ataque sobre os estabelecimentos espanhóis do Rio da Prata, acometendo-os em frente, descendo pelo Uruguai e pelo Paraná, enquanto vão as naus pelo Rio, para lhes fazer uma diversão. Bem entendido que antes de se tentar esta ação, se devem tomar todas as medidas para que os portos e costas ma-

rítimas dos Domínios de S.A.R. fiquem seguros e livres de todo e qualquer ataque.”²⁴ (Ver esboço O Ataque ao Prata.)

D. Rodrigo, sendo um governante preparado e culto, dispunha já de uma razoável cartografia do Brasil e conhecia as enormes distâncias que se exprimiam em centenas de léguas. Mas não devia ter uma consciência concreta e efetiva das reais dificuldades resultantes da conjugação da largueza de tais espaços com a escassez dos recursos, a existência de largos vazios populacionais onde a falta de apoios era total e as imposições de uma natureza exuberante e tantas vezes indomável.

Só assim se pode explicar que, tendo nas mãos o memorial do Tenente-Coronel Xavier Curado, que estimava haver 15 mil homens aptos para pegar em armas em Buenos Aires e quatro mil na região de Montevideu, concebesse uma tão complexa operação, dependente, ainda, da condição de os portos e costas do Brasil ficarem livres de todo e qualquer ataque.

O Conde de Resende, em ofício de 31 de agosto, escreveu:

“Não sendo a execução deste Plano positiva e absolutamente determinada, como se colige da mesma carta, tem lugar o refletir sobre a possibilidade e forma daquele ataque, sem contar ainda com as peculiares dificuldades e objeções que tenham a propor os referidos governadores, conforme a natureza do terreno e forças atuais das suas Capitanias (...).”

Seguiu desenvolvendo as suas reflexões em muito extenso e bem-fundamentado estudo de situação,²⁵ como hoje lhe chamarí-

24 AHU, Cód. 574.

25 Ofício 41, de 31.10.1801 (AHU, B-RJ).

23 Ofício da nota 21.

amos. Face à impossibilidade de conseguir a surpresa e à dramática escassez de meios, demonstrava que todas as modalidades de ação apresentavam demasiados riscos e dificuldades praticamente insuperáveis. Retenhamos apenas a opinião em que tinha os homens que, sem planos tão grandiosos e irrealistas, ousaram e acrescentaram, de fato, o Brasil: "O ataque pelo Rio Grande, se me regular só pelo caráter daqueles Povos, pela natureza que todos têm de tropa ligeira, insensíveis aos trabalhos e inimigos declarados dos espanhóis logo que nascem, também poderia afirmar mais a sua constância que a sua perda (...)." Sabia do que falava!

Visto o que se cogitava nos altos escalões, que desenvolvi por julgar menos conhecido, é mais que justo passar ao Rio Grande, onde Sebastião da Veiga Cabral, estando numa fronteira em disputa, foi tomando as medidas que os meios lhe consentiam, na observação das diretivas recebidas diretamente da Corte e que anteriormente referi.

Contou com forças de voluntários e de milicianos, para além das de linha, todas altamente motivadas e especialmente adaptadas quer ao terreno, quer ao tipo de combates a travar. Para além dos interesses superiores da Coroa com que aliás sempre se identificaram, batiam-se por uma causa que sentiam sua e consideravam justa: defender o que com tanto sacrifício tinham construído, recuperar o que lhes retirara um tratado negociado em desvantagem e tirar algum desforço dos espanhóis, de passadas ações que ainda doíam. E era a possibilidade de novas sesmarias, amplas estâncias, terras excelentes, ervaís produtivos e muito, muito gado.

No lado oposto, só tardiamente os espanhóis tentaram, e com pouco êxito, fixar algumas populações em terras que os charruas assolavam. As suas forças, majoritariamente milicianas, fracamente instruídas e deficientemente comandadas, tinham sido deslocadas dos seus longínquos interesses, pelo que não teriam o mesmo grau de motivação.

Talvez isso explique a sucessão de vitórias das armas portuguesas e o impressionante número de baixas espanholas havidas em alguns combates.

Trata-se de história que muito honra portugueses e brasileiros. Mas, considerando-a conhecida, procurei, sobretudo, aspectos menos divulgados.

Devo referir que as fontes que consultei, milhares de páginas que lamento não ter sido capaz de explorar melhor, são constituídas por manuscritos destinados a circular nos circuitos do Real Serviço. São ofícios e relatórios ou, ainda, requerimentos pedindo retribuição de serviços e respectivos atestados, muitos envolvendo, consciente ou inconscientemente, o desejo de valorizar ou justificar a atuação própria. Mesmo a *Memória* de Gabriel Ribeiro de Almeida foi entregue a D. João, em 1806, ao mesmo tempo que o seu autor solicitava a promoção a coronel do seu regimento de milícias e o lugar de administrador dos Sete Povos.²⁶ Faltam tes-

26 Requerimento sem data mas posterior a 13.01.1806, acompanhado de dois requerimentos, documentos comprovativos (de Roscio, de Patricio Correia da Câmara e de José Saldanha), e ainda de três lembretes. Num resume-se o requerimento; noutro diz-se que nos relatos da tomada das Missões enviados pelo Brigadeiro Roscio não era referida a atuação do requerente, embora agora o fizesse na atestação; no terceiro afirma-se não existir ofício que refira o oficial (AHU, B-RGS, doc. 611).

temunhos de autores não envolvidos. O próprio Visconde de São Leopoldo, nomeado, em 1801, auditor militar do Rio Grande, louvou-se mais nos documentos arquivados na Secretaria do Governo do que em depoimentos que poderia ter recolhido.

Veja-se como o Sargento-Mor engenheiro José Saldanha, posteriormente autor de conhecidos relatos formais, retratou, em linguagem de carta particular, o início da conquista das Missões, tal como era visto do Rio Pardo, quando a mesma ainda decorria:

“A primeira coisa que ali conquistaram os nossos gaúchos ou salteadores do campo, e com bem pouca gente, foi a guarda de São Martinho (...). Os mesmos gaúchos que parece não excediam ao número de 33, comandados por um desertor nosso José do Canto e um Manuel dos Santos que mais lhe competiria o nome de Manuel do Diabo pelas crueldades que tem praticado nos seus saques (...).”²⁷

Referi acima a busca de aspectos menos conhecidos. Um deles, segundo creio, reside no fato de tanto esforço, valor e coragem ter corrido sérios riscos de ter sido em vão. Assim, não me parece totalmente correta uma idéia generalizada que se pode sintetizar na seguinte afirmação de Arthur Ferreira Filho: “Quando a paz voltou, na Europa, entre portugueses e espanhóis, receava-se que a Espanha reclamasse a devolução das terras a que se julgava com direito pelo Tratado de Santo Ildefonso. Tal, porém, não aconteceu.”²⁸ Na mesma linha

de pensamento, o Coronel Jonathas Rego Monteiro referiu que a Espanha consideraria Olivença mais valiosa que o território tomado pelos portugueses, “motivo pelo qual não cogitou de fazer reclamações, nem mesmo sabendo-se apoiada pela França (...).”²⁹, e há historiadores espanhóis que acusam o vice-rei do Prata e o Governo de Carlos IV de falta de empenho. Mas terá sido bem assim?

Considero que a integração no Brasil do território das Missões e dos outros ocupados em 1801 correu riscos no próprio Rio Grande e ao nível das Coroas, como passarei a documentar. Qualquer beliscadela daí resultante na imagem de personagens que nos habituamos a respeitar deve ser entendida na complexidade das situações que então se viviam.

Começemos pela fronteira das Missões.

O obstáculo do Uruguai, limitando a transposição aos *passos*, conferiu aí, aos limitados mas muito ativos efetivos portugueses que os guarneciam, nítida superioridade sobre as forças espanholas que reiteradamente tentaram a recuperação do território perdido. Mas forças que marcharam do Paraguai e de outros pontos no interior e se concentravam em Candelária, estimadas em dois mil homens, constituíam uma séria ameaça para aquele setor, a que só a oportuna publicação da paz pôs termo.

A referência a estas forças dá-me o ensejo para dar a conhecer uma explicação plausível para a inesperada retirada de D. Lázaro Ribera de Coimbra, terminando o ataque ao forte e recolhendo-se apressa-

27 Carta do Major José Saldanha, de 22.09.1801 (A. H. U., B.-R. G. S., doc. 401).

28 FERREIRA FILHO, p. 52.

29 MONTEIRO, p. 602.

damente a Assunção, o que em nada diminui o merecimento do grande feito de Ricardo Franco. O General Raul Silveira de Melo atribuiu a retirada ao esgotamento das munições e à demora da tropa de reforço que seguia apeada com o gado.³⁰ Ora, acontece que os prisioneiros feitos no ataque ao fortim de São José do Rio Apa, incluindo um alferes com boas relações em Assunção e que tomara parte no ataque ao Forte de Coimbra, declararam:

“Um correio extraordinário do Vice-Rei de Buenos Aires frustou a empresa. Determinou o Vice-Rei que sem perda de tempo se recolhesse D. Lázaro à Capital a recrutar gente para socorrer Montevideu e guarnecer as suas campanhas de Santa Teresa que estavam em grande consternação. Que deixasse a ação de Coimbra para outra ocasião (...).”³¹

Lázaro fez partir por terra um contingente de seiscentos homens e, pouco depois, um outro de oitocentos milicianos e duzentos mulatos, caborés e índios, além de carreteiros e peões, comandados pelo Coronel Espínola, o qual também aparece referido na correspondência das Missões.

Passemos à fronteira sul do Rio Grande.

O Coronel Manuel Marques de Sousa marchou, em 27 de agosto, a assumir o comando das forças no Jaguarão que, entretanto, foram recebendo reforços de tropa de linha e miliciana e levaram a cabo alguns confrontos altamente favoráveis aos portugueses. Só dois meses depois, em 30 de outubro, foi atacada a vila e fortificação de

Cerro Largo, numa operação bem-planejada e conduzida. A guarnição capitulou e saiu sob promessa de não voltar a pegar em armas naquela guerra.

A demora ter-se-ia devido ao elevado nível das águas do rio que não permitia a sua transposição por grandes efetivos. Mas, por escrito do ajudante de ordens do agonizante governador, sabemos que este, vendo “bem a seu pesar” ser retardada a execução do ataque, teve que enviar ao coronel “ordens providenciais e instruções”.³²

Logo em 1º de novembro, sabendo estar a expirar o general governador, marchou o mesmo coronel em direção à Vila do Rio Grande para tomar as providências pertinentes. Entregou o comando ao Tenente-Coronel Jerônimo Xavier de Azambuja que deveria retirar as forças para o acampamento inicial, a coberto do Jaguarão, deixando apenas quarenta homens no forte, depois de arrasado, “pois não podia conservá-lo sem dividir as suas forças e ficar, desta sorte, em estado de não se poder opor às que o inimigo ainda conservava na campanha”.³³ No dia 5, falecia o Tenente-General Sebastião Xavier da Veiga Cabral, enquanto chegavam notícias particulares, que sempre precediam as oficiais, de ter sido negociada a paz. Com as colheitas a se perderem, os milicianos começaram a desertar e foram, na maior parte, mandados regressar a casa para evitar o pior. A situação degradou-se rapidamente.

Gabriel Ribeiro de Almeida dá-nos a sua visão de miliciano.

32 Atestado de José Inácio da Silva, relativo ao Sarg-Mor Vasco Pinto Bandeira, de 12.07.1803 (AHU, B-RGS, cx. 11, anexo ao doc.680).

33 Requerimento do Coronel Manuel Marques de Sousa, de 1802 (AHU, B-RGS, cx. 05, anexo ao doc.419).

30 MELO, p. 455.

31 Ofício do Governador de Mato-Grosso, de 03.04.1802 (AHU, B-MG, cx. 39, doc. 1963).

“Deixo aos políticos decidir sobre este modo de proceder. Os Sete Povos das Missões conquistados com um punhado de homens, e por meros soldados, acham-se debaixo dos domínios de S.A.R.; e aquela fortaleza do Serro Largo, conquistada por aquele Coronel, munido de artilharia e 800 homens, está possuída dos espanhóis, que em poucos dias se senhorearam outra vez dela (...).”

Refere ainda que, propondo-se o comandante espanhol Marquês de Sobremonte passar o Jaguarão, e não havendo providências para encontrar o inimigo na fronteira, se acharam os povos em grande confusão, dispendo-se a passarem a São José do Norte.³⁴

Menos conhecida será a versão do Brigadeiro Francisco João Roscio, chamado na emergência de Porto Alegre a assumir o governo interino. Engenheiro competente, desenvolveu, nas disputas com os espanhóis e com a idade, uma escrita desconfiada e muito dura, e terá ficado magoado por ver, depois, o Coronel Manuel Marques dos Santos ter sido promovido enquanto ele, que considerava ter salvo o continente, não recebera qualquer reconhecimento da Coroa. Com estas prevenções, vejamos o seu relato.

A caminho da Vila do Rio Grande, recebeu informação do referido coronel de que a tropa era escassa, tendo desaparecido grande parte dela depois da tomada de Cerro Largo. Tinha feito saber aos negociantes as notícias que tinha e, se bem que esperasse defender a fronteira, advertira-os para acautelarem as suas fazendas porquanto, quando aparecesse o inimigo, não que-

ria confusão e só tratar da defesa. Referia, ainda, que a tropa espanhola ultrapassava as cinco mil praças.

Sigamos Roscio nas suas próprias palavras:

“Ainda que me pareceu este aviso fundado de alguma forma em terror e cobardia, não me persuadi achar tão adiantados os seus efeitos, como observei no dia da minha chegada ao Rio Grande [dia 25], notando uma fermentação displicente e temerosa; a qual motivaram os mesmos comandantes com as sobreditas notícias, sendo os primeiros em fazer retirar até as suas menores alfaías, assim como das próprias estâncias os escravos, com tudo o que puderam conduzir a maiores distâncias. Alguns dos negociantes haviam já embarcado os seus efeitos para o lado Norte e outros os tinham entrouxado para o mesmo fim. As embarcações do comércio estavam detidas por ordem e, portanto, encalhado todo o seu tráfico (...). [Nos dois dias seguintes] soube ter marchado o Inimigo para as margens do Jaguarão; sendo o que mais me escandalizou e pôs em atento cuidado, saber que a mencionada Fortificação de Serro Largo fora sem razão alguma abandonada ao arbítrio do mesmo Inimigo que havia capitulado, tornando a guarnecê-la, com desprezo da capitulação que havia jurado e assinado, enquanto o Tenente-Coronel Jerônimo Xavier Azambuja andava talando aquelas campanhas conquistadas e remetendo os animais vacuns e cavallares para a sua estância, cuja avareza e outras circunstâncias indispueram toda a tropa, principalmente a de Auxiliares,

34 ALMEIDA (Fontes impressas), p. 13.

que abandonando aqueles destinos, se retiraram a seus domicílios, falando altamente que haviam arriscado suas pessoas e seus modos de vida, não para aumento e serviço do Estado, mas para saciar ambições particulares, com prejuízo seu e da Coroa (...).³⁵

Perante essa situação, bem poderia ter-se repetido o desastre de 1763 o que, conjugado com a ação das forças que se avizinhavam do Uruguai, colocaria em sério risco todas as conquistas e mesmo o próprio Rio Grande. Sabemos que a ação acertada e firme de Roscio, antes e depois da chegada da declaração da paz, afastou tal perigo. Mas não se julgue que as autoridades de Buenos Aires, de Montevideu e da fronteira se conformaram e desistiram da devolução dos territórios ocupados durante a guerra. Para além de sucessiva e exigente correspondência, houve movimentações de tropas espanholas que, vistas como preparação de ações ofensivas, desencadearam novas chamadas à fronteira das forças portuguesas. Vários foram, também, os incidentes entre patrulhas portuguesas e espanholas, chegando a haver baixas de ambos os lados, a que se seguiam protestos e acusações recíprocas. Tinha surgido uma nova discussão à volta da definição do território que tinha sido efetivamente conquistado e da fixação de uma linha divisória provisio-

nal para vigorar até que as Cortes, aparentemente distraídas, tomassem decisões.

Nem sempre os gaúchos acatavam as ordens do novo governador, Paulo José da Gama, que, para evitar incidentes, limitavam a profundidade das suas incursões em busca de gado. Foi assim, por exemplo, que o Capitão José Borges do Canto, autorizado pelo governador das Missões, Major José Saldanha, a deslocar-se até o Jarão, situado a cinquenta léguas de São Luís, foi aprisionado, a cem, pelos espanhóis. Cinco dias depois, tentou escapar com os companheiros, mas voltou a ser capturado. Em 16 de agosto de 1804, o Major Saldanha escrevia: "Trato agora de ver se os liberto por meios amigáveis e políticos [por via de um cura amigo de Canto que regressava a Buenos Aires], pois que sendo apreendidos em tais alturas, se reputariam por vagabundos e gaúchos do campo, conluídos com os infiéis (...)."³⁶ Ainda que outros autores afirmem que morreu às mãos dos charruas, Rudolfo Garcia diz que foi morto por uma patrulha espanhola, neste mesmo ano de 1804. Certo é que Gabriel Ribeiro de Almeida já se lhe refere como falecido, em 1806.³⁷

Mas o maior risco de se perderem as conquistas teve lugar em Lisboa e Madri!

Em 5 de julho de 1802, ainda com um conhecimento incompleto do acontecido nas fronteiras do Brasil, iniciou a acutilante diplomacia espanhola uma série de insistentes protestos e exigências, escritos na linguagem arrogante dos vencedores. Co-

35 Ofício de Roscio para o governador do Rio Grande, interrompido na 28ª página, pela morte em 10.10.1805 (AHU, B-RGS, cx. 10, anexo ao doc. 626). Roscio já tinha abordado a situação que teve que enfrentar nos seguintes documentos: Ofício para o mesmo governador, de 13.04.1803 (AHU, B-L ex. 4, anexo ao doc. 273); representação de 15.06.1804 (AHU, B-RJ, cx. 211) e carta para o Visconde da Anadia da mesma data (AHU, B-RJ, cx. 213).

36 Ofício para o ajudante de ordens do governador do Rio Grande (AHU, B-RGS, cx. 10, anexo 11 ao doc. 603 que refere outros incidentes com os espanhóis).
37 Requerimento referido na nota 26.

meçou por reclamar de fatos relativos a Mato Grosso, tais como a construção dos novos fortes, o que enfraqueceria qualquer futuro protesto relativo ao ataque de Lázaro Ribera, que omitiu. Exigiu uma satisfação conveniente e uma reparação de todos os excessos das usurpações verificadas no Sul e o cumprimento do tratado de limites, queixando-se dos comissários portugueses pelo insucesso e grandes gastos das demarcações.³⁸

O príncipe regente, ainda abalado com a perda de Olivença, terá sido levado a pensar, ingenuamente, que o gesto generoso de oferecer a devolução das conquistas no Brasil – cuja vastidão e interesse talvez nem ajuizasse – antes que a mesma fosse formalmente requerida, levasse o sogro, Carlos IV, a concordar que uma pequena parcela de terreno de Juromenha, situada além do Guadiana, não fosse incluída no território perdido. No fundo, esperava que, retribuindo a generosidade, o monarca devolvesse, não só a referida parcela onde se situava a povoação de Vila Real, com cerca de 250 habitantes, mas também Olivença, com 750km² e 12 mil habitantes.

Precipitadamente, foi a oferta comunicada à Corte de Espanha em meados de agosto.³⁹ O Visconde da Anadia redigiu as conseqüentes ordens para o Brasil,⁴⁰ de que forneceu cópia ao seu colega dos Estran-

geiros,⁴¹ mas acabou por suspender a sua expedição, invocando ordem do príncipe,⁴² sempre pressionado por facções diversas dos seus conselheiros. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, por exemplo, então no Erário Público, escreveu que choraria sempre o fato de não ter sido atendida a sua proposta para que não se cedesse ou oferecesse logo a cessão do que se havia conquistado no Rio Grande.

Não permite o espaço disponível resumir o desenvolvimento dessa insólita situação. A Espanha, sem querer ouvir falar em Olivença, a insistir pelo cumprimento da oferta espontânea da entrega dos territórios, sucessivas vezes confirmada pelos secretários dos Estrangeiros, e mesmo pelo príncipe, e o secretário dos Domínios Ultramarinos a travar, nos últimos momentos, as ordens correspondentes para o Brasil.⁴³

Entre outras diligências, tentou ainda a agressiva ação diplomática espanhola exigir um tratado definitivo de limites, com base no de 1777 e nos trabalhos de campo já realizados, sem necessidade de novas demarcações. Era uma outra forma de reaver os territórios ocupados na guerra. Concor-

38 ANTT – LEP, cx. 32.

39 Ofício do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros para o Encarregado de Negócios em Espanha, de 14.8.1802 (ANTT, ofícios para Madri, livro 598, f. 18).

40 Ofício para o vice-rei e para o governador do Mato Grosso, de 21.08.1802 (AHU, Cód. 575, p. 351).

41 Ofício do Secretário de Estado dos Domínios Ultramarinos para o dos Negócios Estrangeiros, de 21.08.1802 (AHU, B-L, anexo ao doc. 282, post. 05.11.1803).

42 Ofício do Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos para o dos Negócios Estrangeiros, de 04.11.1802 (AHU, B-L, anexo ao doc. 282, post. 05.11.1803).

43 Essa situação, relacionada com a Questão de Olivença, parece não ter sido ainda tratada em Portugal. O seu desenvolvimento pode ser seguido na correspondência *de e para* a Legação de Portugal em Madri, da Legação de Espanha em Lisboa para o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros existente no ANTT e na correspondência sobre o assunto trocada entre os Secretários de Estado existente no AHU.

davam os portugueses com a necessidade do tratado, mas como os anteriores demarcadores não tinham conseguido chegar a acordo em vários pontos, afirmavam ser indispensável voltar ao terreno. Era uma outra forma de adiar as devoluções e ir assegurando a ocupação lusitana.

Além da pressão diplomática, concluiu-se em Madri, no início de 1806, sob orientação de Godoy, o plano de uma ação militar que, além dos efetivos do vice-reinado, incluía uma expedição de quatro mil homens.⁴⁴ E na mesma altura, o Ministro do Despacho referia ao embaixador português: "Se o Vice-Rei de Buenos Aires fosse mais activo, Portugal já não possuiria aqueles terrenos!"⁴⁵ Era tarde! Por esta altura, teve lugar a intervenção dos ingleses no Prata, o que deu início a um novo período histórico em toda a região.

Falamos, sobretudo, do *antes* e do *depois* da guerra, de orientações por vezes irrealistas, de dúvidas sobre algumas atua-

ções no Rio Grande e de desconcertantes manobras diplomáticas. Não retoquei as personagens nem adocei as situações. Pertencem à gloriosa História luso-brasileira.

Propositadamente, pouco nos ocupamos do grandioso feito cuja evocação aqui nos reuniu. Preferimos esboçar, ainda que a largos traços, a complexidade do quadro envolvente, de forma a que, por contraste, sobressaísse a ação ousada de um pequeno grupo de valentes que, indiferentes a todos os sacrifícios e riscos, explorando de forma inexcedível o efeito de surpresa e da adesão dos índios, tanto engrandeceu esse maravilhoso País de que, com os brasileiros, também se orgulham os portugueses.

Finalmente, é de justiça uma saudação de muito apreço ao valor dos adversários de ontem que tiveram de arrostar a escassez de meios, as tremendas dificuldades resultantes do grande afastamento das suas bases e a determinação dos seus opositores.



FONTES E BIBLIOGRAFIA CONSULTADAS

• Fontes manuscritas

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (AHM) – Lisboa.

Descrição corográfica, política, civil e militar da Capitania do Rio Grande de S. Pedro do Sul feita pelo Sargento-Mor Domingos José Marques Fernandes, 1804, p. 68 a 106.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU)

Brasil – Limites (B-L), Caixa 4.

Brasil – Mato Grosso (B-MG), 1796-1806.

Brasil – Rio Grande do Sul (B-RGS), 1796-1807.

Brasil – Rio de Janeiro (B-RJ), 1796-1807. (Esta documentação está em reorganização, sem numeração definitiva, pelo que se refere apenas à respectiva data.)

Brasil – São Paulo (B-SP), 1796-1803.

Brasil – Correspondência da Secretaria de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos para o Vice-Rei e Governadores, Cód. 573, 574 e 575.

ARQUIVO NACIONAL – Rio de Janeiro (AN). Cópia dos seguintes documentos arquivados na COAT 6, Secretaria do Estado do Brasil, Cód. 104.

Correspondência entre o Brigadeiro Francisco João Roscio e o Coronel Manuel Marques de Sousa, de 4 a 16 de novembro de 1801, folhas 117 a 123.

44 MAEDER, p. 238.

45 Ofício de 18.04.1806 (ANTT, LPE., cx. 652).

- Cópia da *Relação dos acontecimentos mais notáveis da guerra próxima passada na entrada e conquista dos Sete Povos das Missões Orientais do Rio Uruguay*, por José Borges do Canto, e Manuel dos Santos Pedroso, de 8 de maio de 1802, folhas 87 a 90.
- Cópia da *Instrução dos ataques mais notáveis que na próxima pretérita guerra foram praticados no Departamento de Missões na Costa do Uruguay e Povo de S. Borja (...)*, pelo Tenente de Auxiliares Francisco Carvalho da Silva (...), anterior a 29 de maio de 1802, folhas 91 a 93.
- Cópia da carta do Marquês de Sobremonte para Paulo José da Silva Gama, de 29 de dezembro de 1804, folhas 109 a 111.
- ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT). Documentação do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Arquivo Central.
- Correspondência da Legação de Portugal em Espanha para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, de 1802 a 1806 (LPE), Caixas 648 a 652.
- Correspondência da Legação de Espanha em Portugal para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, de 1802 a 1806 (LEP), Caixa 432.
- Ofícios (da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros) para Madri (Legação de Portugal em Espanha) (S. E. N. E.), Livros 598, 599 e reservados 113.

• **Fontes impressas**

- ALMEIDA, Gabriel Ribeiro de. "Memória da Tomada dos Sete Povos de Missões da América de Hespanha", *Revista do IHGB*, tomo V, Rio de Janeiro, n. 17, abril de 1843, p. 3-21.
- ANÔNIMO, Ano de 1801. "Notícias e acontecimentos pela presente guerra nos Sete Povos das Missões e n'esta fronteira do Rio Grande de S. Pedro", *Revista do IHGB*, tomo XVI, Rio de Janeiro, 1853, p. 323-346.
- CANTO, José Borges do. "Relação dos acontecimentos mais notáveis da guerra próxima passada na entrada e conquista dos Sete Povos das Missões Orientais do Rio Uruguay", *Revista do IHGB*, tomo LXXVII, parte II, Rio de Janeiro, 1914, p. 54-62.
- MELO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. "Documentos relativos à história da Capitania, depois Província, de São Pedro do Rio Grande do Sul", *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, tomo XLP. I., 1874, p. 264-302.
- PEDROSO, Manuel dos Santos. "Relação dos serviços que pratiquei na conquista dos Sete Povos Guaranis das Missoens Orientaes do Uruguay, desde o principio até o fim da guerra proxima passada", *Revista do IHGB*, tomo LXXVII, parte II, Rio de Janeiro, 1914, p. 63-67.
- SALDANHA, José (?). Notícia abreviada dos principais sucessos da Guerra de 1801, na Campanha do Rio Grande de São Pedro, na América Meridional, em VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, *História Geral do Brasil*, 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, Tomo V, aditada por Rodolfo Garcia, 1975.

• **Bibliografia**

- AAVV. *Ofícios dos Vice-Reis do Brasil. Índice da correspondência dirigida à Corte de Portugal de 1763 a 1808*, 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1970.
- ABRANTES, Ventura Ledesma. "O Patrimônio da Sereníssima Casa de Bragança em Olivença", *Revista Ocidente*, Lisboa, 1954.
- ABREU, J. Capristano. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- ALORNA, Marquez. *Reflecções sobre o Systema Economico do Exercito*. Lisboa: Livraria Ferin, 1902.
- ANDRADE, Gomes Freire de. *Ensaio sobre o methodo de organizar em Portugal o Exercito relativo à população, agricultura, e defeza do Paiz*. Lisboa, 1806.
- ANTUNES, de Paranhos. *Dragões de Rio Pardo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1954, p. 153-164.
- ARAÚJO, Artur da Cunha. *Perfil do Conde da Barca*. Porto: Depositária Livraria Tavares Martins.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*, v. IV. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império*, v. I – As Origens. Brasília: Senado Federal, 1998.
- CARVALHO, Luiz Paulo Macedo (Coord). *O Exército na História do Brasil*, v. II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, e Salvador: Odebrecht, 1998.

- CASTRO, Luciano de. *A Questão do Amazonas nos Tratados de Paris e de Madri (1797 e 1801)*. Lisboa: Portucalense Editora, 1945.
- CIDADE, F. de Paula. *Lutas ao Sul do Brasil com os Espanhóis e seus Descendentes (1680-1828)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1948.
- COUTINHO, D. Rodrigo de Sousa, SILVA, André Mansuy Diniz (Introdução e direção). *Textos Políticos, Econômicos e Financeiros – 1783-1811*. 2 tomos. Lisboa: Banco de Portugal, 1993.
- CURTO, Diogo Ramada. *D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego*, em AAVV, *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Lisboa: Biblioteca Nacional e IN-CM, 2001.
- DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1987.
- FERREIRA, A. A. Souza. *História Militar do Brasil (Regime Colonial)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1945.
- FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul – 1503-1960*, 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1960.
- FUNCHAL, Marquez do. *O Conde de Linhares – Dom Rodrigo de Sousa Coutinho*. Lisboa: Edição do autor, 1908.
- GAY, Pedro. “História da República Jesuítica do Paraguai desde o descobrimento do Rio da Prata até aos nossos dias, ano de 1861”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 4º trimestre de 1863.
- HANDELMANN, H. *História do Brasil*, 2. ed., tomo 11. São Paulo: Melhoramentos e MEC, 1978.
- LHÉRETIER, Michel. “Napoléon et le Portugal (1799-1808)”, *Publicações do Congresso do Mundo Português*, v. VIII. Lisboa: Comissão dos Centenários, 1940.
- MACEDO, José Borges de. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: Edição da Revista *Nação e Defesa*, 1988.
- MAEDER, Ernesto J.A. *Misiones del Paraguay. Conflictos y disolución de la sociedad guaraní (1768-1850)*. Madri: Editorial Mapfre, 1992.
- MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História Diplomática de Portugal*, 2. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1992.
- MATOS SEQUEIRA, ROCHA JÚNIOR. *Olivença*. Lisboa: Portugália Editora, 1924.
- MELO, Raul Silveira. *História do Forte de Coimbra*, v. 2 (1748-1802). Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1959.
- MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. “A Campanha de 1801. Tomada dos 7 Povos Missioneiros”, *Anais do III Congresso de História Nacional*, v. 4. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1941.
- PEREIRA, Ângelo. *D. João VI, Príncipe e Rei*, v. 1. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- PORTO, Aurélio. “A Conquista das Missões e os Cachoeirenses”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1º trimestre do ano I, 1921, p. 8-17.
- . “O Regimento de Dragões do Rio Pardo na Expansão Geográfica do Rio Grande”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1º e 2º trimestres do ano VI, 1926, p. 606-634.
- . “Dr. José Saldanha”, *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, v. LI, Rio de Janeiro, 1938, p. 139-162.
- . *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- RIBAS, José Maria Onrubia y. “Las Relaciones entre España e Portugal en el Reinado de Carlos IV (1788-1808)”, *Publicações do Congresso do Mundo Português*, v. VIII. Lisboa: Comissão dos Centenários, 1940.
- RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1946.
- SAMPAYO, Luiz Teixeira. *Compilação de Elementos para o Estudo da Questão de Olivença*. Lisboa: Associação dos Amigos do Arquivo Histórico-Diplomático do MNE e Grupo dos Amigos de Olivença, 2001.
- SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal (...)*. Tomo XVIII (por Luiz Augusto Rebello da Silva). Lisboa: Governo de Portugal, 1860.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*, v. VI. Lisboa: Editorial Verbo, 1982.
- SILVA, João Ribeiro da. *A Conquista das Missões Orientais do Uruguai*, 2. ed., Rio de Janeiro, 2001.
- SILVEIRA, Hemetério José Veloso da. *As Missões Orientais: seus antigos domínios*. Porto Alegre, 1909.
- SORIANO, Simão José da Luz. *História da Guerra Civil*, tomos II e III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

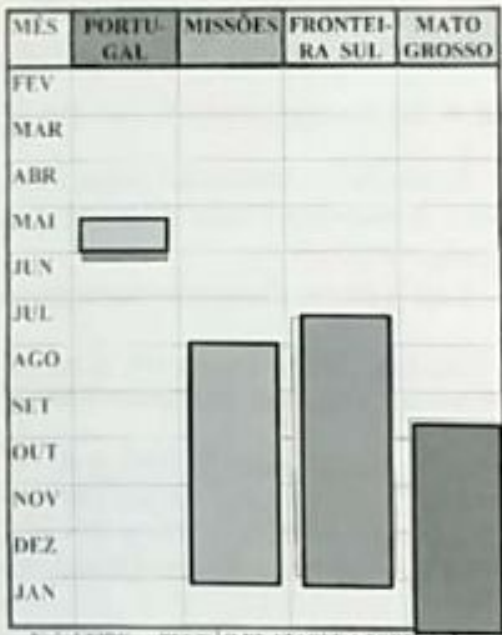
- SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*, 4. ed. bras., v. III. São Paulo: Melhoramentos e MEC, 1977.
- TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*, v. II. Porto Alegre, Livraria Selbach, 1921.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*, 8. ed. integral, tomo V. São Paulo: Melhoramentos e MEC, 1975.
- VELOSO, J. M. de Queiroz. *Como perdemos Olivença*, 2. ed. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1939.
- VICENTE, Antônio Pedro. *Um Soldado da Guerra Peninsular – Bernardim Freire de Andrade e Castro*. Separata do n. 40 do Boletim Histórico Militar, Lisboa, 1970.
- . *O Tempo de Napoleão em Portugal. Estudos Históricos*, 2. ed. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2000.
- . "O Início das Guerras Peninsulares". Fontes do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, *Actas do X Colóquio de História Militar Brasil e Portugal – História das Relações Militares*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, p. 231-246.
- . "Olivença. Início da expansão napoleônica na península", *História* 36, Lisboa, junho de 2001, p. 42-51.
- WIERDERSPAHN, Henrique Oscar. "A Conquista das Missões 1801", *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1º trimestre do ano XIV, 1934, p. 95-114.
- . A Conquista de Cerro Largo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1º trimestre do ano XVII, 1937, p. 119-124.

ESBOÇO DO SUL DO BRASIL



DISTÂNCIAS PELAS ESTRADAS ATUAIS

Rio de Janeiro – Porto Alegre	1.550km
Santa Catarina – Porto Alegre	475 km
Porto Alegre – Rio Grande	325 km



DURAÇÃO DA GUERRA

- 29 de janeiro Decisão de ataque a Portugal
- 19 de fevereiro Parte o embaixador espanhol
- 27 de fevereiro Espanha declara a guerra
- 19 de maio Início da Guerra das Laranjas
- 24 de maio Portugal declara a guerra
- 6 de junho Data da assinatura oficial da paz

O ATAQUE AO PRATA

(Diretiva da Coroa)

